

Saída para a dívida

Annuncia o embaixador brasileiro em Washington a disposição do Governo brasileiro de negociar um programa piloto de redução da dívida externa com os credores estrangeiros, antes da eleição e posse do novo presidente da República. A redução, como se sabe, estaria dentro do critério de securitização de dez por cento do total da dívida e o desconto sob a forma de moderação nos juros.

Além de ser uma fórmula aceitável para os credores — tanto que o México está em negociações finais para isso — a iniciativa tem ainda o mérito de mostrar à opinião pública interna, talvez mais ainda que a externa, a disposição do Brasil no sentido de honrar seus compromissos financeiros internacionais, independentemente da nova administração a ser eleita em novembro.

O valor expressivo da dívida brasileira perante os bancos privados, em torno de sessenta bilhões de dólares, já demonstra, por si só, a importância do sucesso da negociação dos mexicanos, que servirá de parâmetro para as do Brasil e da Argentina, logo a seguir. É claro que, com um volume tão alentado de débitos, o valor dos juros é igualmente elevado, o que já motivou o governo Sarney a informar aos credores da impossibilidade de pagamento desses serviços da dívida da maneira tradicional como vinha sendo feito.

É delicado esse momento da negociação da dívida. No plano interno, o Brasil vive um ano eleitoral cujo resultado vai deter-

minar, com certeza, mudanças no rumo da condução da dívida, qualquer que seja o vitorioso nas urnas. No âmbito externo, o Plano Brady, do secretário do Tesouro norte-americano, que pretende a redução da dívida dos países de “renda média”, ainda não conseguiu ser implementado da forma inicialmente esperada. E uma das razões é que o governo Bush, ao contrário das expectativas de alguns meses atrás, ainda não colocou o endividamento dos países em desenvolvimento no plano preferencial de preocupações reclamado pelos governantes das nações devedoras.

O Brasil, como já anunciaram as autoridades monetárias, não pode permitir que as reservas externas caiam a níveis perigosamente baixos, por conta das retiradas para amortização de juros. Daí a iniciativa da suspensão dos últimos pagamentos. Mas isso não é também a moratória, pois o País não vai recorrer a semelhante medida.

O que o Governo brasileiro vem tentando é a implementação do Plano Brady, pois, como bem mencionou o embaixador Marcílio Moreira, uma queda de apenas dois por cento na taxa de juros significaria para o Brasil uma economia anual de um bilhão de dólares. E nesse caminho, portanto, que se deve avançar. A quatro meses do pleito presidencial e com uma inflação recrudescida, o Governo, mais que nunca, tem a difícil tarefa de deixar encaminhada a solução ao problema nº 1 da Nação.